II Colóquio do Grupo de Pesquisa Religiões, Identidades e Diálogos

Recife, 17 e 18 de novembro de 2016

O PIONEIRISMO DAS IGREJAS HISTÓRICAS NA OCUPAÇÃO DA POLÍTICA PARTIDÁRIA NO BRASIL

Ricardo Jorge Silveira Gomes,
Mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Resumo

Os políticos evangélicos históricos começaram a surgir no cenário político brasileiro de forma significativa a partir da década de 30, quando transformações econômicas e sociais possibilitaram o aparecimento do homem urbano preocupado com uma ação política menos tutelada pelas elites e mais propensa a uma "prática democrática". Neste trabalho temos como objetivo descrever o pioneirismo dos evangélicos históricos na ocupação do espaço político no Brasil e apresentar um panorama geral acerca dos seus interesses e dos motivos que os envolveram na política brasileira. A pesquisa foi realizada com o uso de fontes bibliográficas que abordam a temática estudada, ancorada na leitura de algumas das obras de Leonildo Silveira Campos e Joanildo A. Burity e de autores ligados ao campo da política e da religião. Apresentamos inicialmente as principais abordagens a respeito do pioneirismo dos evangélicos históricos na ocupação do espaço político que marcam os debates neste campo do conhecimento na atualidade.

Palavras-chave: Política. Religião do Brasil. Evangélicos Históricos.

Introdução

A presença dos evangélicos na política brasileira é um dos principais temas de estudos nas instituições de ensino superior e de debates na sociedade civil nos dias de hoje.

As últimas eleições mostraram que um seleto grupo denominacional, os pentecostais e neopentecostais, estão cada vez mais angariando espaços no Poder Legislativo e Executivo em suas três instâncias federativas de modo que, junto com seus mandatos, as propostas de governo e de gestão sempre são pautadas de acordo com os interesses de suas congregações. Porém, nem sempre este quadro foi assim.

Desde que o Brasil se tornou uma República, políticos evangélicos ligados às Igrejas do Protestantismo histórico se lançaram à política tal

como os evangélicos pentecostais e neopentecostais nos dias de hoje. Porém, seus interesses e motivos para estarem na política brasileira de sua época eram completamente diferentes.

O poder público, desde sempre dominado por católicos romanos, agora passou a acolher a presença de evangélicos das mais variadas denominações de modo que estes homens foram as primeiras lideranças evangélicas na história do país a participar da política ativamente. Porém, quais eram suas propostas? Por quais motivos se lançaram à política partidária brasileira? E quais as diferenças substanciais em relação aos atuais representantes evangélicos que estão presentes nas várias instâncias políticas do Estado?

O cenário para o pioneirismo das igrejas históricas

Inicialmente, a participação política dos evangélicos brasileiros era muito pequena. Ela variou do desinteresse no século XIX a uma pequena atuação preocupada em defender os interesses dessa recente minoria frente ao Catolicismo na década de trinta.

Transplantado para o Brasil em meados do século XIX por missões norte-americanas, o Protestantismo teve, a princípio, um forte teor apolítico. A participação política dos crentes era desaconselhada. O protestante fiel deveria seguir os princípios bíblicos. As mudanças sociais não viriam através da atuação política da igreja, mas sim da conversão individual. Cabia ao crente se comportar dentro de uma ética, ou seja, dar aquilo que os evangélicos chamam de testemunho*:* não jogar, não dançar, não beber ou ter qualquer vício, ter uma vida sexual disciplinada, trabalhar com afinco e dedicação. Através do impacto dessa atitude, muitos se converteriam e a sociedade seria modificada.

Além do mais, a política era vinculada ao seu principal inimigo, o Catolicismo. A participação de sacerdotes católicos na política brasileira era bastante comum. Portanto, não cabia ao crente se imiscuir num meio

dominado pelo romanismo. Porém, ao final daquele século, o país se tornou uma república. A Constituição de 1891 garantiu a separação entre a Igreja e o Estado. O Catolicismo deixou de ser a religião oficial. A liberdade de culto, tão cara aos protestantes, foi garantida (CAMPOS, 2006).

Esta situação perdurou praticamente durante todo o período da chamada República velha (1889-1930). Porém, durante a Era Vargas, a atuação política protestante sofreria uma pequena alteração. Os evangélicos começaram a se interessar pela política a partir de 1930 como afirmar Campos:

> Os "políticos evangélicos" começaram a surgir com maior desenvoltura a partir dos anos 30, quando transformações econômicas e sociais possibilitaram o aparecimento do homem urbano preocupado com uma ação política menos tutelada pelas elites e mais propensa a uma prática mais próxima do que temos chamado de "prática democrática". Sobre o aparecimento dos primeiros deles podemos citar alguns exemplos de pioneirismo. No Estado de São Paulo, em 1902, Francisco Augusto Pereira, um rico fazendeiro de café, convertido ao Presbiterianismo, foi prefeito de Lençóis Paulista; Ernesto Luiz de Oliveira, engenheiro e pastor da igreja Presbiteriana Independente, em Curitiba, foi secretário da Agricultura do Paraná; Luiz Alexandre de Oliveira, batista, foi deputado federal por Mato grosso; Ver. Antonio Teixeira Gueiros, Pastor presbiteriano, foi Vice-Governador do Pará, tendo a família Gueiros obtido enorme prestígio político em vários Estados nordestinos até os tempos da ditadura militar (1964-1985); o ex-pastor presbiteriano e batista Ephigênio de Sales, foi Governador do Amazonas e senador; João Café Filho, Vice-presidente de Getúlio Vargas, em 1954, era filho de presbiterianos independentes do Nordeste brasileiro (CAMPOS, 2006, p. 37).

Como vimos acima, os candidatos evangélicos históricos foram eleitos nos pleitos desse período em função da transformação do capital econômico em capital político, que foi sendo acumulado por suas famílias ou por eles mesmos, por meio da prática de profissões liberais como medicina, direito ou engenharia. Muitos deles eram protestantes de segunda e terceira gerações, filhos de fazendeiros ou de novos ricos oriundos do comércio; enfim, eram pessoas que vinham de famílias que podiam dar uma escolaridade mais aprimorada aos seus filhos.

Diversas dessas famílias experimentaram a ascensão social que o Protestantismo proporcionou para centenas de milhares de pessoas oriundas do mundo rural. Por outro lado, não havia ainda, no final dos primeiros quarenta anos de Protestantismo no Brasil, estratégias corporativistas, que, fundamentadas em condições objetivas, pudessem levar os evangélicos a transformarem o capital religioso em capital político.

A consolidação do espaço político pelos evangélicos históricos

A partir da década de 30, já era visível no cenário político, alguns protestantes com aspirações políticas, fato este lembrado por Campos:

> Se elaborarmos uma lista cronológica do aparecimento desses primeiros evangélicos eleitos para cargos representativos e executivos, iremos verificar que eles surgiram apenas nos anos 30, que fazem parte de uma década de mudanças revolucionárias na política brasileira, marcando também a ascensão da classe operária e da classe média urbana nesse espaço social em que o Protestantismo crescia rapidamente. Com a revolução de 1930 ficou claro que havia uma crise no projeto das elites de construir um Estado republicano que fosse fundado unicamente nos interesses dos grandes proprietários de terra e nas oligarquias regionais. Por outro lado, explodia por todo o País a opção por alternativas anarquistas, fascistas ou comunistas, fazendo surgir alianças e partidos que tentavam mobilizações políticas ao redor do Integralismo ou do Comunismo. Essa dinâmica dos anos 30 levou os protestantes e católicos a uma movimentação interna com fins políticos até então inusitada, pelo menos para os evangélicos que, pela primeira vez, saíam dos bastidores para o próprio palco da política brasileira (CAMPOS, 2006, p. 38).

Dentro deste contexto, os pastores e lideranças de várias denominações evangélicas históricas, começam a participar de forma mais significativa nos pleitos eleitorais do Rio de Janeiro na década de 1930. Nesse momento, as igrejas evangélicas históricas organizaram um "memorial dirigido aos crentes evangélicos de todo Brasil", que diz:

> Os abaixo-assinados, ministros e oficiais de Igrejas, após demorado estudo da situação política e social do Brasil, chegarem á conclusão de que o momento exige que os crentes evangélicos cerrem fileiras uníssonas (...). Urge abandonemos de vez a atitude de simples observadores, atitude de expectativa, de aparente bem-estar, de indiferença e comodismo (...). Urge que a voz dos evangélicos de todo Brasil se faça ouvir por aqueles que vierem a compor a Assembléia Constituinte, que decidirá dos problemas que afetam a vida espiritual e social (...) não votar absolutamente em candidatos ou partidos que adotem programas favoráveis a medidas que comprometam a laicidade do Estado, introduzam ou facultem o ensino religioso nas escolas oficiais (CAMPOS, 2006, p. 38).

Os primeiros a assinarem a lista foram: Matatias Gomes Fernandes, Erasmos Braga, da Igreja Presbiteriana, Odlon de Morais e Alfredo Borges Teixeira, da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Mediante o exposto, observamos o interesse dos evangélicos históricos na ocupação do espaço político, assim como os interesses que motivaram essa ocupação.

Desta forma, no mesmo ano da revolução constitucionalista de São Paulo, 1932, a Federação de Igrejas Evangélicas do Brasil, órgão depois substituído pela Confederação Evangélica do Brasil, fez chegar às Igrejas evangélicas do país um manifesto, como podemos verificar no expositor cristão de 18/11/1932, numa afirmação de Campos:

> I – Que todas as congregações disseminadas por todo o Brasil elevem a Deus súplicas em favor da elaboração e promulgação da futura Constituição brasileira; (...) Que somente mereçam os sufrágios dos evangélicos os candidatos á futura constituinte que sejam portadores de programa liberal e, assim, advoguem a causa da separação entre a Igreja e o Estado, da igualdade e liberdade de cultos e do ensino leigo nas escolas públicas (CAMPOS, 2006, p. 39).

Nesse momento histórico, havia várias tendências religiosas e, neste contexto, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte pelo governo Vargas, que convocou eleições em 1933. "Ao presidente dessa Comissão os representantes dos evangélicos enviaram uma carta solicitando que se mantivesse na nova Constituição o princípio da separação entre a Igreja e o Estado" (CAMPOS, 2006, p. 40). A eleição de Guaracy Silveira pode ser considerada como um exemplo de tudo o que foi dito até aqui. Guaracy nasceu da cidade da França (interior de São Paulo), oriundo de uma família bastante tradicional do Vale do Paraíba. A escritora Dinah Silveira Queiróz (1911-1982), por exemplo, era prima do pastor metodista. Esta era também uma família de forte tradição liberal, o que talvez tenha influenciado nas escolhas políticas do próprio Guaracy Silveira[1]. Como

[1] A família de Guaracy Silveira tinha um histórico de participação política. Seu avô tinha sido chefe do Partido Liberal nos tempos do Império e participou da Revolução de 1842. Seu pai era Republicano e vereador de cidade de São Simeão (SP). Um de seus primos

pastor metodista, teve uma atuação pública muito forte tanto dentro quanto fora dos círculos eclesiásticos. Teve um papel marcante, por exemplo, no movimento pela autonomia da igreja Metodista Brasileira frente à missão norte-americana em 1930. Foi redator de revistas para Escola Dominical e do principal informativo da denominação: o Expositor Cristão. Exerceu também o pastorado em diversas comunidades. Mas sua atuação não se limitou ao mundo da igreja.

Sua entrada na política se deu dentro do contexto dos anos trinta, já tratado acima. Em 1932, um grupo de pastores o indicou como candidato a deputado federal: "Em 15 de março de 1930 estava em Santos para dar à Igreja, sob o pastorado do Rev. Dr. Hermógenes de Almeida Prado, dois sermões da semana santa. Ao chegar comunicou-me ele que haviam resolvido indicar-me como candidato a deputado federal". (SILVEIRA, 1950, p. 8).

Porém seu caráter liberal se revelou no momento da escolha de sua filiação partidária. Para espanto de alguns, Guaracy se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Para os mais preocupados, ele explicava que aceitou se filiar para procurar barrar a infiltração comunista no Partido[2]. Procurava se definir como um socialista cristão:

> O maior espanto manifestado pelos sociólogos da imprensa brasileira foi pelo fato de um ministro do Evangelho ser "Socialista" (...) Por este tempo, "Socialismo" era sinônimo de "Comunismo". Coube a mim frisar a distinção ou mesmo criá-las... Neste tempo eu ignorava que foi Vinet, crente evangélico quem primeiro que Marx, usou o termo, mas no sentido cristão (...) Desde então, ninguém mais confunde Socialismo com Comunismo, surgindo a expressão hoje consagrada: Socialismo Cristão (SILVEIRA, 1950, p. 17).

Foi nesse Partido, que Guaracy Silveira se elegeu deputado na Constituinte de 1934. Grande espaço foi dado no *Expositor Cristão* para

foi ministro da Casa Civil sob Washington Luís e ministro do Superior Tribunal Militar durante a Era Vargas.

[2] Fundado em 1925, esse partido inicialmente foi marcado por uma grande diversidade ideológica interna, mas logo a ala marxista tomaria o poder do partido.

seus embates com deputados católicos na Constituinte com relação à Questão Religiosa. Aliás, este foi o aspecto de sua campanha que os interessou. O restante de suas propostas quase não foi divulgado e o público evangélico ainda tinha reservas quanto á Política.

Entretanto, o país entraria, a partir de então, em um período de mais oito anos de ditadura, a qual somente terminaria com o final da Segunda Guerra Mundial quando, em outubro de 1945, terminada a guerra na Europa, caiu Getúlio Vargas e uma nova Constituinte foi convocada.

> Após a Segunda Guerra Mundial e a Constituinte de 1946, a participação de evangélicos na política se tornou mais planejada e ganhou maior visibilidade, principalmente entre os protestantes históricos dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em São Paulo, por exemplo, no final dos anos 40, surgem na Câmara Municipal nomes de evangélicos que, posteriormente, se tornariam deputados estaduais ou federais. Entre outros se elegeram: Camilo Ashcar e Lauro M. da Cruz. Já os pentecostais demoraram mais tempo para entrar na política, pois, foi somente na metade dos anos 60 que conseguiram eleger, em São Paulo, os Pastores Levy Tavares e Geraldino dos Santos, da Igreja Pentecostal "O Brasil para Cristo", respectivamente deputado federal e estadual, e, em Minas Gerais, deputado estadual, João Gomes Moreira, da Assembleia de Deus (CAMPOS, 2006, p. 44).

Muitos desses políticos continuaram atuantes nos primeiros anos do período militar, porém, nos anos posteriores, surgiram outros, mais anticomunistas e alinhados ao regime militar. Entre outros, podemos citar: Rafael Gioia Jr., Fausto Rocha e Ivan Espíndola de Ávila, os dois primeiros radialistas de crença batista. No Norte e Nordeste, no decorrer do regime militar, surgiram novos "políticos evangélicos", muitos pertencentes à família Gueiros, da qual saiu um deles que foi o redator do Ato Institucional 2. (CAMPOS, 2006, p. 45).

Considerações finais

Ao longo desta análise procuramos mostrar que as alterações políticas e econômicas tendem a provocar mudanças no campo religioso. A

politização dentro de uma Igreja e o engajamento de seus líderes na ocupação de espaços políticos dentro de uma sociedade é uma consequência natural das tensões existentes entre os agentes legisladores e dos seus mecanismos de legitimação.

A ocupação desses espaços, como foi visto acima, era feita de modo saudável, sendo até mesmo necessário para se garantir a pluralidade de credos e a isonomia do Estado no trato para com a religião e os assuntos que poderiam envolver a Igreja. Nesse sentido, a atuação política das Igrejas evangélicas na história do país merece destaque e reconhecimento positivo, diferente do que acontece nos dias de hoje, quando a pluralidade de ideias e de discursos é vista de modo negativo por parte das grandes Igrejas que figuram na política brasileira.

Ante o exposto, cabe ressaltar que a preocupação de tais grupos não estava em difundir bandeiras religiosas, mas pautas estritamente políticas, embora o caráter dos princípios da ética cristã estivesse sempre presente como legitimador da causa. E aqui, se deve entender tais princípios éticos como aqueles fundados no respeito às diferenças, na promoção da igualdade no trato dado pelo Estado, e principalmente, na garantia de direitos fundamentais, que até os dias de hoje são tão caros ao Estado Democrático de Direito.

Referências

BURITY, Joanildo A; MACHADO, Maria das Dores C. (Organizadores). **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2006.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Templos e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecosta**l. Petrópolis. São Paulo, Vozes-Simpósio-Unesp, 1997.

ESCHER, Nicolau R. S. Couto. **"Os crentes e a eleição de 3 de maio".** Expositor Cristão. 01/03/1933.

_____. **Os crentes e a eleição de 3 de maio.** Expositor Cristão. 22/09/1934.p.3.

SCHMIDT, Daniel Augusto. **Os anos Rebeldes do Protestantismo Brasileiro.** Revista Reflexus. 2º semestre. 2011.

SILVEIRA, Guaracy. **Relatório às Igrejas Evangélicas do Brasil**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1950.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Organizadores). **Religiões em movimento: o Censo de 2010**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.